

OCUPE COMO UTOPIA: UM ENSAIO SOBRE A NOÇÃO DE REDE E O CASO ESTELITA

Occupy as utopia: An essay on the notion of network and the Estelita Case

Ocupe como utopía: Un ensayo acerca de la noción de red y el Caso Estelita

Carolina Dantas Figueiredo

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Comunicação Social, mestre em Sociologia ambos pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui graduação em Jornalismo e Administração de Empresas também pela Universidade de Pernambuco.

E-mail: caroldantasfigueiredo@hotmail.com

Resumo

Este ensaio se propõe a analisar a ideia de “ocupe”, mais especificamente do Ocupe Estelita como uma utopia, confrontando este termo, sempre que possível, com o seu oposto, a distopia, a partir da noção de rede, ou melhor, de Rizoma, conforme a proposição de Deleuze e Guattari.

Palavras-chave: Ocupe. Ocupe Estelita. Utopia. Distopia. Rede. Rizoma.

Abstract

This essay intends to analyze the idea of “occupy”- remarkably the Occupy Estelita - as an utopia. For as much as possible, we confront this term with its opposite, dystopia, through the notion of network, or rather rhizome, according to Deleuze and Guattari's proposition.

Keywords: Occupy Estelita. Utopia. Dystopia. Rhizome.

Resumen

Este ensayo pretende el análisis de la noción de ocupe, más específicamente del Ocupe Estelita como una utopía, confrontando este término, cuando sea posible, con su opuesto, la distopía, basado en la noción de red, o mejor, de rizoma, de acuerdo con la proposición de Deleuze y Guattari.

Palabras-clave: Ocupe. Ocupe Estelita. Utopía. Distopía. Rizoma.

Introdução

O presente material, que ousou chamar de ensaio, trata diretamente de redes, da forma como são constituídas, como se estendem e são perpetuadas dentro e fora do ciberespaço. Ao tratar do campo digital e pensando-se nas sociedades contemporâneas, somos imediatamente levados ao termo “redes sociais”. De fato, o que chamamos de Caso Estelita configura uma rede (ou antes um conjunto de redes) que perpassam digital e analógico. Em termos gerais, o Caso Estelita se refere a um movimento social ocorrido na cidade de Recife (Pernambuco) no modelo de outros *occupy* ocorridos na última década, na tentativa de preservar a área do Cais José Estelita, como se verá a seguir. As “redes sociais” – que chamaremos doravante apenas de redes, pois não trataremos aqui de redes maquínicas, mas de redes mediadas por máquinas e utilizadas em processos sociotécnicos diversos e complexos operados por pessoas – são feitas de sujeitos e de suas interações dentro e fora das redes. O Caso Estelita se fez e se faz de redes. Cabe explicar o uso do verbo fazer no passado e no presente. Primeiro, considera-se que o seu legado possivelmente vai transcender a duração do movimento em si, segundo porque muitas das suas questões permanecem em aberto e em disputa no momento da publicação deste texto.

Tratando mais especificamente do caso, cabe mencionar que a destruição do patrimônio histórico para “modernizações” é um fantasma no Recife. Em diferentes situações, edifícios históricos foram demolidos especialmente ao longo da segunda metade do século XX¹ e inícios de século XXI, de modo que o Ocupa Estelita se inscreve numa linhagem de preservação de patrimônio que lhe é anterior. Falamos então de afetos e da forma como a estrutura em rede os conduz à ação, aqui identificada com o embate, posicionamento político, ocupação, etc.

Sobre este artigo é necessário ainda prestar alguns escla-

recimentos. Rompendo algumas das regras das “boas práticas acadêmicas” escrevo em primeira pessoa, ora no singular, para tratar das minhas impressões, ora no plural para incluir outros agentes – a rede ou o leitor, a quem voluntariamente a rede se estende no momento mesmo de leitura deste material. Eventualmente, coloco-me aqui como ponto da rede, agente dos acontecimentos que constituem o Caso Estelita. Recife e moradora da cidade, tenho uma relação íntima com a área geográfica em disputa. Meu avô nasceu no Bairro de São José, onde fica o Cais José Estelita. Durante a infância creio cheguei a passar pela rua em que ele nasceu, destruída em função de uma expansão do metrô. Na utopia da minha infância, o bairro era meu. Um egoísmo que acabou se convertendo numa utopia urbana e que me leva à minha relação de cidadã e militante (termo que parece sempre merecer alguma cautela em tempos em que a mídia de massas confunde militância com baderna ou vandalismo) nos eventos do Ocupa Estelita. Em adição, coloco-me aqui na posição do que Gramsci (1982) chama de intelectual orgânico, aquele que tem um papel nas tensões sociais no seu entorno e que se reconhece no sistema de classes. Não está acima dos processos, analisando-os simplesmente, mas participa deles. Ao criticar os detentores do saber formador em escolas em que este mesmo saber é orientado verticalmente, Gramsci (Ibidem, p.6-7) diz:

O erro metodológico mais difundido, ao que parece, consiste em ter procurado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações em que essas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto das relações sociais.

Não vou aqui então procurar qualquer critério de distinção, mas me colocar no sistema de relações em que as atividades do Ocupa Estelita têm acontecido. O movimento, ao longo da sua atuação tem utilizado as redes sociais digitais, em especial o Facebook, para organizar ações no local do Cais José Estelita. Embora não haja ainda um registro sistemático dessas atividades, podemos dividi-las entre atividades de cultura e lazer, ocorridas desde 2012 e o acampamento que durou de 21 de maio a 16 de junho de 2014,

1 Segundo Barbosa (s.d): “curiosamente, em períodos ditatoriais e autoritários, monumentos do Recife foram extintos: a Igreja do Paraíso (1944), durante o Estado Novo, 1937-1945, nos governos de Novaes Filho (prefeito), Agamenon Magalhães (governador) e Getúlio Vargas (presidente); e a dos Martírios (1973), no Governo Militar (1964-1985), nas gestões do prefeito Augusto Lucena, do governador Eraldo Gueiros Leite e do presidente Gal. Emilio Garrastazu Médici”.

motivado por uma tentativa súbita do consórcio de demolir os armazéns, interrompida por militantes do movimento, muitos dos quais permaneceram acampados no local até a desocupação violenta realizada pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco. Estive presente, ainda que como coadjuvante, em alguns dos principais eventos políticos do movimento. Estive presente nas tardes festivas e no acampamento, utopias que revelaram um desejo de cidade por parte dos integrantes do movimento. Estive presente também na desocupação violenta realizada pela Polícia Militar de Pernambuco, a face do poder distópico recaindo sobre os sujeitos. Este ensaio serve, entre outras coisas, para me lembrar do batalhão de choque avançando sobre os manifestantes, dos policiais sem identificação disparando balas de borracha e ofensas indiscriminadamente. Serve para me lembrar do policial que ao ser indagado por mim a respeito do seu nome disse apenas: “eu sou polícia militar”. Recorri imediatamente à imagem de Winston, personagem de 1984 (ORWELL, 2007), impotente diante de um cartaz com a imagem do Big Brother, indagando a si mesmo sobre aquela figura. O Big Brother realmente existe? Não importa, o que importa é o poder que se estrutura como tal perpassando os sujeitos e suas relações.

Em última instância, este trabalho é uma revisão da minha trajetória como pesquisadora. Um retorno à temática da distopia e, necessariamente, à da utopia, acrescida da ideia de rizoma de Deleuze e Guattari (1980). Destaco ainda que a própria escrita é um ato de resistência. Na literatura distópica são frequentes as referências à queima de livros². Em termos de internet não parece haver muito a ser queimado, mas a distopia do controle da informação permanece. Em artigo publicado em maio de 2014, as jornalistas e pesquisadoras Mariana Martins e Mariana Moreira (2014) tratam do silêncio da grande mídia pernambucana sobre a tentativa de demolição dos armazéns do Estelita, impedida por membros e simpatizantes do grupo Direitos Urbanos.

Era 2014, mas a estratégia de esconder ou modificar os fatos é análoga àquela praticada pelo Ministério da Verdade

em 1984. Mesmo diante do furor de uma potencial democracia em rede, da articulação dos sujeitos e da sua liberdade de expressão, sem a qual o próprio Ocupe Estelita não teria sido possível, a distopia permanece à espreita e é preciso falar dela, assim como da utopia que a enfrenta.

2. O Caso Estelita

O Ocupe Estelita eclodiu em Recife em 2012. Seguindo lógica semelhante a de movimentos internacionais como o Occupy Wall Street, M-15 e Tahrir Square em que se confrontam os interesses do grande capital com o desejo por qualidade de vida e melhorias sociais. O Ocupe Estelita é um desdobramento do grupo Direitos Urbanos, que ganha adeptos através do Facebook (hoje são mais de 30.000 seguidores). Na sua página na rede social, o grupo afirma existir “para discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos”³. Em um manifesto também disponível no Facebook, assinado por Leonardo Cisneiros, um dos líderes do Direitos Urbanos, explica-se que o grupo surge de um grupo de pessoas que se conhecia offline.

Como desdobramento desta preocupação com a cidade, emerge ainda em 2012 uma defesa do Cais José Estelita, área central situada num conclave histórico, que teve terrenos vendidos para um consórcio de construtoras, numa negociação considerada escusa e cujo projeto contraria a legislação municipal - não há Estudo de Impacto de Vizinhança (EVI) como preconiza o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001.) -, assim como pareceres emitidos por órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Aqueles que são contrários à execução do projeto, batizado de Novo Recife, alegam que o terreno, antes pertencente à Rede Ferroviária Federal (RFFSA), foi adquirido pelo consórcio composto pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos num leilão ilícito.

² 1984 (ORWELL, 2007), *Admirável Mundo Novo* (HUXLEY, 1981) e *Fahrenheit 451* (BRADBURY, 2007) são distopias que mencionam a destruição de livros como forma de controle da informação por um grupo dominante.

³ O grupo Direitos Urbanos pode ser encontrado através do endereço: <<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/?fref=ts>>.

to. A Portaria nº 282, de 21.09.2007, levou a leilão a área de aproximadamente 101,7 mil metros quadrados, que abriga um pátio ferroviário, trechos de linha férrea e armazéns de açúcar, abandonados há cerca de duas décadas.

O projeto, cujo valor estimado é de R\$ 800 milhões, previa inicialmente a construção de “12 torres, sendo sete residenciais, duas comerciais, dois flats e um hotel. Tudo com até 40 andares, além de estacionamentos para aproximadamente 5.000 veículos” (TRUFFI, 2014). O projeto foi orçado em 800 milhões de reais, considerando-se um custo do metro quadrado de pelo menos 4 mil reais. O Cais José Estelita fica numa área que tem se valorizado na última década por sua localização geográfica estratégica. O terreno leiloador se situa entre o bairro de Boa Viagem - a Avenida Beira Mar é conhecida por seus prédios de luxo e na região do Pina ficam edifícios empresariais do Grupo Paes Mendonça, Moura Dubeux e Gabriel Bacelar, além do Shopping Riomar, também do Grupo Paes Mendonça, que conta com lojas como Valentino e Dolce & Gabbana, obra igualmente polêmica, mas com menos repercussão social à época, por ter sido construída sobre um manguezal - e o Recife Antigo, onde fica o Porto Digital. Nas proximidades do Cais, pretende-se implantar o Polo Jurídico⁴. Os interesses sobre a área não são recentes, segundo documento do Núcleo Gestor do Porto Digital (2005):

Os estudos realizados em 1998 e 2002, Metrópole 2010 e Metrópole Estratégica, respectivamente, indicaram a importância para o desenvolvimento metropolitano das áreas compreendidas entre o Sítio Histórico de Olinda (Olinda) e o Parque da Ex-Estação Rádio Pina (Recife), definindo-as entre outros nove

projetos, como Território 1 de Oportunidades para a atração de empreendimentos, devendo, conseqüentemente, serem objeto de dinamização. Adicionalmente, em 2003, o plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda voltou sua atenção para estas áreas, pela sua importância e vínculo histórico além da busca da sua interação física, econômica e cultural.

Em edição de agosto de 2006 a revista *aU*, de Arquitetura e Urbanismo, fala do projeto chamando a área de “território de oportunidades”, afirmando que “com início previsto para 2007, o Projeto Urbanístico Recife-Olinda pretende transformar completamente a frente atlântica entre os centros históricos das duas cidades pernambucanas” (FIGUEIROLA, 2006). Se o início do Recife-Olinda seria em 2007, nada mais natural do que a aquisição do terreno do Estelita em 2008. Em 2007 a Moura Dubeux iniciou as obras do Pier Maurício de Nassau e do Pier Duarte Coelho, conhecido como “Duas Torres”. Curiosamente, a construtora também foi acusada de estar envolvida num leilão fraudulento para a aquisição do terreno em que foram construídas⁵. Em complementação, pelo menos desde 2008 tem havido especulação imobiliária no trecho da Rua da Aurora que fica no bairro de Santo Amaro, bairro vizinho de São José e que também compõe o eixo Recife-Olinda.

Efetivamente, o descontentamento com o modelo de urbanização imposto pelas construtoras ao Recife não começa com o Estelita. Com o Estelita ele ganha força e bandeira, estando difuso desde as discussões sobre a Lei dos 12 Bairros⁶ no Início da Década de 2000, a Via Mangue, via expressa inaugurada em 2014 (e que começa às portas do Shopping Riomar) sobre (literalmente) o manguezal da bacia do Pina, sobre o próprio Shopping Riomar, com a insatisfação com

4 No site da prefeitura do Recife (em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoos/projetos/polo-juridico/>>), fala-se sobre o Polo Jurídico: “O projeto do Polo Jurídico prevê a construção de oito prédios, em um espaço que pode chegar a 217 mil metros quadrados, onde deverá funcionar o TJPE, o MPPE e a OAB. A intenção é que a implantação do parque jurídico possa dar celeridade aos processos com a proximidade das instituições. Entre os empreendimentos previstos estão a construção do Tribunal de Justiça, do Fórum Criminal, da Defensoria Pública, da Escola Superior de Magistratura, e de um estacionamento (provavelmente em formato de edifício-garagem), com 4.340 vagas”. Contudo, em detrimento das informações da prefeitura, alega-se que o projeto é ilegal pois prevê construções na Zona da comunidade do Coque, uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), conforme a lei municipal Lei nº 14947 de 30 de Março de 1987.

5 Um texto de novembro de 2008 do Jornalista Pierre Lucena do blog Acerto de Contas fala sobre o assunto: “O terreno onde as famosas Torres estão sendo construídas pertencia à antiga Mesbla S/A, que era a controladora da empresa que ali se instalava, Mesbla Veículos. A Mesbla Veículos fechou as portas, deixando grande dívida trabalhista. Uma série de erros processuais fez com que o terreno fosse disputado sob grande insegurança jurídica”. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2008/11/as-encrenadas-torres-gemeas-do-recife-143593.html>>.

6 Lei nº 16.719 /2001 que estabelece condições para o uso do solo e ocupação nos bairros do Derby, Espinheiro, Graças, Afritos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos e parte do bairro Tamarineira.

as Duas Torres e com a demolição do Caiçara, um edifício construído na década de 1930 em estilo Neocolonial na região do Pina. Vale salientar que o edifício resistiu à expansão urbana da Avenida Boa-Viagem, avenida beira-mar da cidade e região de frenética especulação imobiliária nos últimos 30 anos. Note-se bem, e já que falamos de redes, que duas redes de interesses emergem em paralelo: uma do grande capital das construtoras e afins, estruturando-se pelo menos desde 2006 em torno do eixo Recife-Olinda e outra, esta mais sutil e menos articulada dos sujeitos que se opõem aos projetos. Esta última se torna visível com o uso das redes sociais, em especial do Facebook como ferramenta sociotécnica.

Ainda que melhor estruturada, a rede das empreiteiras é bem mais obscura. Acordos e leis sobre a área em questão têm sido paulatinamente tecidos desde 2006, pelo menos. Adicionalmente, a relação com o poder municipal e mesmo estadual é próxima. Os eventos que relatamos acima perpassam pelo menos três gestões municipais, a saber João Paulo (PT), João da Costa (PT) e Geraldo Júlio (PSB). Em 28 de dezembro de 2012, último dia útil da gestão do prefeito João da Costa (PT) numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano feita a portas fechadas, o Projeto Novo Recife foi aprovado em detrimento das irregularidades apontadas. Liana Cirne, advogada do movimento Direitos Urbanos, foi proibida de participar desta reunião. Coincidência ou não, em 2012, o então prefeito recebeu o Troféu ADEMI, concedido pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE). Sobre a eleição do candidato Geraldo Júlio em 2012, sabemos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que em 2012 a empresa Queiroz Galvão doou um total de R\$ 300.000 à campanha do então candidato. A Moura Dubeux, aparentemente para não figurar na lista de doadores, doou R\$ 500.000 diretamente para o PSB, partido ao qual Geraldo Júlio é filiado. Em 2014, na eleição para governador do estado de Pernambuco, a Odebrecht doou R\$ 200.000 à campanha. Numa leitura superficial não é possível reconhecer outras construtoras facilmente, contudo o blog do Jamildo⁷, numa postagem que menciona a operação Lava Jato da Polícia Federal, informa

7 Dados disponíveis em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/12/04/empreiteiras-doaram-mais-de-r-2-milhoes-para-campanha-de-paulo-camara/>>

que o candidato recebeu mais de R\$ 2 milhões em doações feitas por empreiteiras. O valor representa 20,5% do total arrecadado em sua campanha. Note-se que, para levantar estes dados nenhum trabalho de investigação profundo foi feito. Bastaram cinco minutos de pesquisa na internet, incluindo uma visita ao site do TSE. Apenas para fechar este argumento, segundo levantamento feito pelo Jornal Estado de São Paulo (2014) a situação de Recife reflete uma realidade nacional. Considerando-se a Câmara dos Deputados Federais eleita em 2014 “como setor as empreiteiras têm a maior presença entre os top 10 doadores da nova Câmara, cinco delas entram na lista: OAS, Andrade Gutierrez, Odebrecht, UTC Engenharia e Queiroz Galvão”⁸.

O papel e as influências desta rede vão além. Segundo a doutora em direito Ivanilda Figueiredo (2014), “o maior sinal de que o poder econômico exerce influência desproporcional na disputa entre construtoras e sociedade civil ocorreu alguns meses depois da aprovação do projeto no CDU” com o afastamento da então promotora de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Belize Câmara, no início de 2013. Câmara entrou com uma ação civil pública em que solicitou a suspensão do Projeto Novo Recife, indicando que este não obedeceu a critérios legais como a exigência de parcelamento do terreno em lotes. Dias depois do acolhimento do pedido pela justiça, a promotora foi afastada do cargo, acusada de acumular funções, pois era titular na Promotoria da Infância de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife. Cabe ressaltar que em diversas promotorias da RMR promotores acumulam funções, no que parece ser uma prática recorrente. Mas voltemos ao Novo Recife, ainda segundo Ivanilda Figueiredo (2014):

O plano causou indignação em professores, arquitetos, movimentos sociais e moradores da região. Mobilizados, eles come-

8 Odebrecht e Queiroz Galvão têm sido implicadas em uma série de escândalos de corrupção recentemente. Respectivamente: <<http://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-citada-em-caso-de-corrupcao-internacional-no-panama-15532955>> e <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/04/24/justica-federal-bloqueia-bens-do-presidente-da-compesa-e-das-construtoras-queiroz-galvao-e-galvao-engenharia-178217.php>>.

çaram a acompanhar reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura, que avaliou a proposta imobiliária do Novo Recife. O que começou como uma reivindicação natural da população por mais diálogo e participação levou à criação do grupo Direitos Urbanos, que hoje representa a maioria dos integrantes do Ocupe Estelita.

O movimento alcançou grande visibilidade também fora do estado de Pernambuco. O grupo de comunicação Al Jazeera publicou em seu site uma matéria sobre o assunto antes mesmo dos veículos locais darem a devida atenção ao tema.

Por fim, cabe uma breve explicação sobre o uso do termo Caso Estelita em alguns momentos deste ensaio.

Também utilizamos o termo caso, porque as questões relativas ao Estelita não se restringem à ocupação do espaço físico dos galpões da RFFSA situados no Cais Estelita, mas a processos políticos e sociotécnicos que se direcionam não apenas a tentar reverter o planejamento que o consórcio de construtoras tem para a área, mas sobretudo para se pensar qualidade de vida nos espaços urbanos. Apenas em 2015, no Brasil houve protestos de caráter análogo em São Paulo (Movimento Parque Augusta), Rio de Janeiro (Ocupa Golfe), Belo Horizonte (Resiste Isidoro) e em Maceió (Abraça a Garça Torta). Estes movimentos de reivindicação de direitos urbanos acabam se colocando genericamente sob a alcunha de “ocupe”. Tal denominação os inscreve numa lógica global de movimentos. Pode-se dizer que ao fazer isso, movimentos diversos automaticamente se inserem numa rede de aspirações semelhantes ao redor do mundo. Em essência - embora os contextos político-sociais sejam imensamente distintos - não há diferença entre querer a praça Tahrir, o Parque Augusta ou o Cais José Estelita. Pensando-se do ponto de vista exclusivamente humano, o que se reivindica é qualidade de vida, espaços agradáveis para circular, pequenas utopias no coração de grandes cidades. Espaços encantados.

3. Ocupações, utopias e distopias

A internet tem viabilizado a articulação política desde a sua popularização, em finais dos anos de 1990, quando o ter-

mo ciberativismo é cunhado. Ao tratar da sociedade em rede, Castells (1999, p. 26) compara a estruturação da internet às táticas maoístas de dispersão das forças de guerrilha por um vasto território, garantindo um ataque surpresa e ágil. A arquitetura em rede permite que os sujeitos nas suas diferentes demandas se articulem da mesma forma, isto é, em grupos descentralizados, espalhados em territórios imensos e muitas vezes sem contato entre si. Os conteúdos são - e devem ser, dentro da lógica de guerrilha - distribuídos através de diferentes dispositivos e circular sem uma orientação de fluxo definido, embora haja pontos nodais. No Caso Estelita, por exemplo, alguns agentes ocuparam/ ocupam a posição de pontos nodais conforme a fase do movimento. Mencionamos alguns ao longo deste texto que repetiremos a título de exemplo: Página do Ocupe Estelita no Facebook, Belize Câmara, Leonardo Cisneiros, Liana Cirne e MPPE (a favor do movimento), Jamildo, Prefeitura, Geraldo Júlio e construtoras do consórcio, entre outros (contra o movimento).

Não afirmamos aqui que determinados nós da rede sejam mais relevantes do que outros, mas apenas que ganham relevância e funcionam como pontos estratégicos por onde os fluxos informacionais passam. Na medida em que a própria rede opera, estes fluxos se deslocam e novos agentes emergem. Com isso, a origem geográfica ou social dos agentes é secundarizada diante da relevância que as redes lhe atribuem. O *status* de um agente na rede não depende (apenas) disso, depende de como ele se comporta em relação aos demais.

Sobre a formação das redes, Castells (1999) afirma: “A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza com base na produção (e o seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas” (Ibidem, p. 33). É justamente em função disso que os “ocupe” ao redor do mundo se articulam em redes de identidades e interesses em comum que transcendem cada movimento em si.

Se analisarmos os “ocupe” pelo mundo, poderemos notar o estabelecimento de identidades, no sentido trazido por Castells (1999). Moradores majoritariamente de centros urbanos ocidentais ou ocidentalizados, usuários de dispositivos móveis e redes antagonizam com elementos/ símbolos do capitalismo. O leitor mais descuidado pode sugerir

que o caso da Praça Tahrir e a Primavera Árabe fogem a essa lógica. Neste ponto é preciso remontar a ideia de que tais manifestações são semelhantes e compartilham identidades, mas não são iguais. No caso dos países árabes por exemplo, por trás dos processos há um sistema capitalista em desenvolvimento (caso contrário não haveria nem dispositivos móveis) e regimes políticos instáveis. Do mesmo modo, poderia-se dizer que as (confusas) Jornadas de Junho no Brasil não passam por isso, mas passam. Das reivindicações iniciais do movimento Passe Livre a respeito do aumento das tarifas de ônibus, às denúncias desconstruídas (que retornam no início de 2015) de corrupção no país, o tema subjacente é o sistema econômico. Zizek (2013) denuncia o que ele chama de “mal estar generalizado contra lógicas e ideologia do capitalismo” que se torna evidente com os protestos no Brasil e na Turquia.

Não me parece ocasional, contudo, que a distopia tenha sido criticada pelos sujeitos envolvidos nas manifestações. Pelo menos desde o Occupy Wall Street, tem sido recorrente tanto em conteúdos de internet quanto nas ruas o uso das máscaras de Guy Fawkes, que aparece no HQ “V de Vingança” e no filme homônimo. O personagem “V” dos quadrinhos se inspira no revolucionário inglês na luta para combater um partido de caráter totalitário.

Isto que parece uma fuga do tema original deste ensaio é na verdade uma ilustração de como determinados conteúdos se espalham na rede. A máscara representa uma identidade. É também um argumento em prol da tensão entre distopia e utopia que se revela em movimentos como os “ocupe”. Há uma crítica generalizada ao sistema que oprime os sujeitos, à distopia enquanto se busca a utopia, manifesta no desejo de liberdade de expressão, democracia e qualidade de vida. A utopia urbana de espaços mais agradáveis esconde um descontentamento maior com o sistema. Analisemos o Caso Estelita. As irregularidades apontadas pelo MPPE não seriam suficientes, num regime democrático de direito, como pretende ser o brasileiro, para derrubar o projeto? Em termos atuais, não são. Não há estado democrático de direito, não há bem comum diante dos interesses do capital. Por isso os sujeitos se sentem oprimidos, por isso a denúncia à distopia aparece. O capital é totalizante, capital é a distopia, indicam os protestos ao redor do mundo. Não estamos promovendo

aqui uma crítica naïve ao capitalismo. Deixemos este papel aos jovens manifestantes nas ruas. O que estamos indicando é o choque entre utopia e distopia. A democracia participativa se promoveu, em diversos momentos, como um caminho para a utopia. Isso é o que aparece no pensamento iluminista francês e em autores como Tocqueville (1979). Não por acaso, o Cândido de Voltaire recorre ao pensamento utópico ao criticar o otimismo de Leibniz, a sociedade da sua época e o sistema educacional. Esta obra, diga-se de passagem, influencia duas notáveis distopias, Admirável Mundo Novo (1932) de Huxley e 1984 (1948) de Orwell.

Temos utilizado desde a abertura deste artigo o termo rede. Mais adequado, para dar conta do que entendemos aqui por rede, seria explicar o termo a partir da noção de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), muito mais ampla. O rizoma opõe-se à compartimentalização do conhecimento, conforme estabelecido no ocidente desde a antiguidade clássica, e, como decorrência, a uma estruturação do pensamento em forma de árvore, isto é, à organização do saber em que há uma hierarquização do conteúdo. A metáfora da árvore pressupõe a predominância de certos saberes em detrimento de outros. Os autores argumentam que não deve-se pensar na estrutura arborescente, num tronco que sustente o conhecimento, mas num rizoma. Uma estrutura horizontal que se inicia, termina e se reproduz igualmente a partir de qualquer ponto, como acontece com as gramíneas ou tubérculos. O rizoma pressupõe multiplicidade, linhas, estratos e segmentaridades, linhas de fuga e intensidades, agenciamentos maquínicos, corpos sem órgãos, etc (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.12-3). Deleuze (1980) esclarece ainda mais sua proposição com Guattari ao afirmar que o rizoma é “precisamente um caso de sistema aberto” e que um sistema é aberto “quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essências”. Isso é, os conceitos não são presos a essências, algo que é constitutivo da natureza de uma coisa ou de um ser, mas relacionados à circunstância. Por isso mesmo, por ser circunstancial é que o termo “ocupe” pode se relacionar a tantos movimentos diferentes. São as circunstâncias que fazem cada um desses movimentos que acabam por relacioná-los entre si, e não a essência contida na definição de ocupe ou ocupar.

A partir da ideia de que o rizoma é uma estrutura horizontal aberta, múltipla auto-replicável e cartografável que é

possível nos apropriarmos do conceito de rizoma metodologicamente. A rede é rizomática. Sua cartografia pode ser feita através do estabelecimento de vetores que indicam os fluxos que passam pelos diferentes pontos nodais de um sistema. Deleuze e Guattari (1995, p.15) explicam que ao contrário da ideia de árvore “que fixa um ponto, uma ordem”, “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (Ibidem).

Sobre as redes, Latour (2011) argumenta que elas não são amorfas, mas altamente diferenciadas. A ciência definida através do conceito de rede não se caracteriza por racionalidade, objetividade e veracidade dos fatos, como no paradigma tradicional, mas são efeitos, atingidos através das tensões – e não de parâmetros externos – próprios à rede. Nas redes, argumenta o autor, a ação é locada e alocada. O que estava invisível se torna visível e o que parecia auto-contido é agora largamente redistribuído (Ibidem). Latour comenta que a noção de redes é imensa e tem uma extensão hegemônica (2011, p. 796). Ele afirma que a noção de rede é útil sempre que a ação é redistribuída e que a habilidade do conceito de rede está em seguir o movimento que vai das substâncias aos atributos e retorna num movimento contínuo.

5. Considerações finais: a rede resiste

Ter recorrido mais acima a Tocqueville (1979) antes de tratar da noção de rizoma pode parecer deslocado. Aproveito o final deste ensaio para tentar me explicar. Anteriormente falei que o Ocupe Estelita se inscreve num conjunto de movimentos que tem acontecido no mundo contemporâneo. Note-se que, excetuando-se o caso da Primavera Árabe – que não deixa de ser influenciado por um pensamento de caráter ocidentalizante – todos esses movimentos aconteceram em países democráticos. Tocqueville (Ibidem), contudo, não era grande entusiasta da democracia, ele tentava compreendê-la sem perceber nela nem “a transfiguração do destino do homem nem a hostilidade dos que a consideravam a decomposição da sociedade”. Para ele, “a democracia se justifica pelo fato de que favorece o bem-estar do maior número, mas este bem-estar não tem brilho ou grandeza, e não deixa de apresentar perigos políticos e morais” (MAGALHÃES, 2000), tornando-se a sua antítese, um regime individualista

e excludente. Tocqueville percebe, grosso modo, a tendência dos sistemas democráticos se tornarem conservadores, naquilo que chama de “tirania da maioria” (1979). Ao tratar do povo americano ele afirma que “o invólucro individualista sua vida diária representa o prenúncio de um mal que pode facilitar o desenvolvimento do despotismo” (Ibidem, p. 646).

Seguindo esta lógica o pleito dos manifestantes do Estelita – que não deixa, eventualmente, de ser movido por interesses individuais, sendo que de uma ordem diferente daquela imposta pelo capital dominante – não poderia ter outro encaminhamento do que aquele dado pela prefeitura da cidade e pela justiça. Isto é, prosseguir mesmo diante das ilegalidades apontadas, o que se explica pela promiscuidade entre os eleitos pela maioria – poder municipal e estadual – e as empreiteiras que financiam suas campanhas. Seria esperar demais que Tocqueville nos fornecesse uma teoria completa sobre esse assunto, mas isso também se explica a partir da lógica de uma democracia individualista. Os indivíduos que detêm mais capital financeiro e social acabam tendo mais acesso ao controle dos sistemas político-jurídicos, além de deterem a possibilidade de convencer a coletividade, já que detêm acesso aos meios de comunicação de massa.

Magalhães (2000) diz: “Aparentemente irreversível, a democracia individualista, como a conhecemos em nossos tempos, parece estar destinada, por alguma espécie de fatalismo histórico, a se perpetuar indefinidamente”, evidenciando um argumento distópico. Indo mais além, o autor questiona: “Será a democracia como igualdade de condições mesmo com as restrições e ressalvas feitas por Tocqueville fator suficiente para tornar a vida social de todos os membros de uma comunidade aceitável segundo parâmetros que abstratamente poderíamos designar como o mínimo de dignidade oferecida ao ser humano?” (Magalhães 2000).

Não é possível responder aqui a pergunta proposta por Magalhães no trecho acima. Mas ao longo do texto apresentamos a rede como forma de articulação de diferentes identidades e, por conseguinte, interesses individuais. A rede não parece comportar a tirania da maioria, porque seus fluxos pressupõem antagonismos e negociações constantes, de modo que não há concordância generalizada. Além disso, horizontaliza as relações de modo que os possíveis detentores

do poder mudam constantemente no rizoma, na medida em que pelos pontos da rede – nodais ou não – passam diferentes fluxos. Não defendemos aqui que há igualdade total na rede, argumento que seria demasiadamente utópico, mas quando tratamos de dois modelos, o de uma democracia arborescente e o de uma democracia em rede, a fluidez da segunda parece coibir o que Magalhães (2000) chama de despotismo da maioria sobre a minoria, mas não apenas isso, das maiorias entre si, porque, sobretudo coloca os indivíduos em relação com outros indivíduos num sistema que – ao menos em tese – proporciona igualdade de condições. A democracia em rede não é uma solução final para os problemas que Tocqueville apresenta, mas uma alternativa a um sistema vertical, arborescente, que tende ao totalitarismo.

Sobre a rede, Deleuze e Guattari (1995) afirmam “se, numa sociedade, dois indivíduos quaisquer têm exatamente um amigo em comum, então existe um indivíduo amigo de todos os outros”. Amigo é um termo bonito que poderia contemplar o que hoje chamamos de contato nas redes sociais. Haverá sempre na rede contatos que servem de ubiquação entre outros e assim sucessivamente. É dessa maneira que os conteúdos escoam na rede. Foi isso que permitiu a viralização das máscaras de Guy Fawkes. Fica claro que a internet começa a ser percebida, pelo menos no senso comum, como plataforma privilegiada de disseminação da informação e de ativismo, ou ciberativismo como se convencionou chamar. Se antes este era acusado de ineficiência, agora as ações via web ganham ares de relevância, de catalização de mudanças sociais, trazendo à tona conteúdos que estavam sendo mantidos ocultos em função de interesses particulares e/ou escusos. Foi assim que o Ocupe Estelita ganhou força nos últimos dois anos, é assim que ele pretende se manter, contra a distopia do poder de construtoras e prefeituras e em torno de uma certa identidade e do ideal de qualidade de vida que parecem globais. Uma reação do tipo ideal que rusticamente descrevemos mais acima contra o sistema. Resistir, ocupar! É o que dizem os manifestantes dos movimentos ocupe, este lema contém também a ideia geral que conduz à utopia.

Referências

AUERBACH, E. (1997) *Figura*. Trad. Duda Machado. São Paulo: Ática.

BARBOSA, V. (s.d) Igreja dos Martírios. Obtido de: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=680%3Aigreja-dos-martirios-&catid=44%3Aletra-i&Itemid=1

BRADBURY, R. (2007). *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1995). Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)* Vol. I Editora 34.

DELEUZE, G. (2013). Mil platôs não formam uma montanha. Debate com Christian Descamps, Didier Eribon e Roberto Maggiori, publicado no jornal *Liberación* em 23 de outubro de 1980.

ESTADO DE SÃO PAULO. (2014). As 10 empresas que mais doaram em 2014 ajudaram a eleger 70% da câmara. Obtido de: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-10-empresas-que-mais-doaram-em-2014-ajudam-a-eleger-70-da-camara,1589802>.

FIGUEIREDO, I.. 2014. A batalha pelo Cais José Estelita. Depoimento a Renan Truffi. Obtido de: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>.

FIGUEIROLA, V. (2006). Território de Oportunidades. Revista aU. Edição 149, ago, 2006. Obtido de: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/149/projeto-urbanistico-recife-olinda-26571-1.aspx>

GRAMSCI, A. (1982). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HUXLEY, A. (1981). Admirável Mundo Novo. São Paulo: Abril.

LATOUR, B. (2011). Reflections of an Actor-Network Theorist. *International Journal of Communication*, v.5, 2011. Obtido de: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1094>.

_____. (2011). Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor. Obtido de: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/121-CASTELLS-GB.pdf>.

MAGALHAES, F. (2000). O passado ameaça o futuro Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. *Revista Tempo social.*, São Paulo, v. 12, n. 1, maio, 2000. Obtido de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100008&lng=en&nrm=iso

MARTINS, M.; MOREIRA, M. (2014). O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita. Obtido de: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>.

MOORE, A.; LYOID, D. (2006). V de Vingança. Rio de Janeiro: Panini Comics.

ORWELL, G. (2007). 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

PORTO DIGITAL. (2005). Projeto Recife-Olinda. Obtido de: http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/recife%20olinda;1007;20070228.pdf

STAKE. R. E. (2000) Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) *Handbook of qualitative research*. London: Sage, p. 435-454.

TOCQUEVILLE, A. (1979). O Antigo Regime e a Revolução. Brasília Ed. UNB, 1979.

TRUFFI, R. (2014). A batalha pelo Cais José Estelita. Obtido de: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>

Outras publicações da autora

FIGUEIREDO, C. D. (2015) A Primavera Brasileira : sobre a possibilidade de uma cartografia das redes sociais. *Revista Iberoamericana de Ciências da Comunicação*, v. 1.

FIGUEIREDO, C. D. ; LINS, G. A. (2015) . Webséries ou séries na web? Uma discussão a partir da noção de interação. *Revista GEMInS*, v. 1, p. 110.

FIGUEIREDO, C. D. (2014) O ensino do marketing no Brasil. In: Rodrigo Stefani Correa. (Org.). *Práticas do Ensinar Publicidade*. 1ed. Recife: Editora UFPE.

FIGUEIREDO, C. D. (2013) Rádio universitária web: reflexões sobre um modelo em construção. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 4, p. 214.

FIGUEIREDO, C. D. (2013) Saímos do Facebook #soquenão: Sobre os discursos que circularam no Facebook e os cartazes levados às ruas nos protestos de junho de 2013. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 29.